



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Bolsonaro sofre revés no TSE e se complica

Por unanimidade, Corte referenda decisão do corregedor da Justiça Eleitoral, Benedito Gonçalves, e decide manter a minuta de decreto golpista em processo que pode fazer o ex-presidente perder os direitos políticos por oito anos

» LUANA PATRIOLINO

Chandan Khanna/AFP

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, ontem, por unanimidade, manter a decisão do ministro Benedito Gonçalves, que incluiu a minuta golpista em um processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A defesa do ex-chefe do Executivo queria a retirada do documento do inquérito que investiga os ataques ao sistema eleitoral, no qual Bolsonaro é réu. Caso seja condenado no processo, ele ficará inelegível por oito anos.

A minuta foi encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres — que está preso —, dois dias após os atos terroristas de 8 de janeiro, em Brasília. A intenção era reverter o resultado da eleição que definiu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República.

A pedido do PDT, o documento golpista foi incluído no processo que trata da reunião realizada por Bolsonaro com embaixadores, no ano passado, em que ele, sem provas, atacou o processo eleitoral brasileiro e as instituições.

Na semana passada, Benedito Gonçalves, corregedor da Justiça Eleitoral e relator do caso, rejeitou um recurso apresentado pela defesa do ex-presidente, que pedia para que a minuta fosse excluída da investigação por se tratar de documento apócrifo e não tem relação direta com o candidato. Na ocasião, o magistrado encaminhou sua decisão para análise do plenário.

Gonçalves afirmou, no julgamento de ontem, ser “inequívoco que o fato de o ex-ministro da Justiça do governo do primeiro investigado ter em seu poder uma proposta de intervenção neste tribunal e de invalidação do resultado das eleições presidenciais possui aderência aos pontos controvertidos, em especial no que diz respeito à correlação entre o discurso e a campanha”, sustentou.



Nos Estados Unidos, onde está desde dezembro, Bolsonaro admitiu o temor de ir para a cadeia: “Uma ordem de prisão pode vir do nada”

“Na casa de todo mundo”

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, também foi denunciado no caso da minuta, por afirmar, em entrevista, que “todo mundo tinha em casa” propostas de decretos golpistas para contestar o resultado das eleições em que Bolsonaro foi derrotado.

Estado de defesa

O rascunho previa uma intervenção no TSE ao instituir o chamado “estado de defesa”. A ideia era anular o resultado da eleição que deu a vitória a Lula. Ex-auxiliar de Bolsonaro, Torres assumiu a Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal e está sob suspeita de omissão e conivência com os golpistas. O ex-ministro foi preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do TSE.

“O próprio teor do discurso do presidente, que livremente escolheu os tópicos que desejava abordar, oferece uma clara visão sobre o fluxo de eventos — passados e futuros — que podem, em tese, corroborar a imputação da petição inicial”, destacou. Os ministros Carlos Horbach, Raul Araújo, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Sérgio Banhos e Ricardo Lewandowski seguiram o entendimento.

Inelegibilidade

Até agora, Bolsonaro é alvo de 16 ações, que investigam condutas

que podem torná-lo inelegível.

A advogada Fátima Cristina Pires Miranda, especialista em direito eleitoral, explica que a possibilidade de inelegibilidade se deve à quantidade de ações contra o ex-presidente. “A minuta de decreto golpista encontrada na casa do ex-ministro Anderson Torres, por si só, não teria força para atrair a procedência da ação”, afirmou. “No entanto, já existe um conjunto probatório, e o referido documento vem fortalecer o argumento de que Bolsonaro utilizava seu cargo e toda a estrutura da administração federal em prol

» Ex-presidente: “Que golpe?”

Em entrevista ao jornal americano *Wall Street Journal*, publicada ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro negou ter qualquer responsabilidade pelos atos golpistas. “Eu não estava nem lá, e querem atribuir a mim”, afirmou. Segundo ele, a depreciação dos prédios públicos não foi uma tentativa de golpe: “Golpe? Que golpe? Onde estava o mandante? Onde estavam as tropas, onde estavam as bombas?” O ex-chefe do Executivo admitiu ter medo da cadeia. Segundo ele, “uma ordem de prisão pode vir do nada” no Brasil, lembrando o caso do ex-presidente Michel Temer, que foi detido preventivamente em março de 2019 por suspeitas de corrupção. Bolsonaro reconheceu, ainda, a derrota nas urnas. “Perder faz parte do processo eleitoral. Eu não estou dizendo que houve fraude, mas o processo foi enviesado”, disse.

de sua reeleição, o que é vedado.”

Gustavo Dantas, advogado eleitoral, partilha do mesmo entendimento. “O ponto central é que abrange um conjunto de elementos, como o ministro colocou no voto dele, o conjunto probatório”, destacou. “Ele pode ficar inelegível porque essa minuta, dentro desse conjunto, e de todas as alegações que ele já fez, tanto na vida presidencial quanto no pós-eleição, contribui para a gravidade do fato. De certa forma, ele participou direta e indiretamente de um atentado contra o Estado Democrático de Direitos”, frisou.

PF prende mais seis radicais

» LUANA PATRIOLINO
» TAÍSA MEDEIROS

Na sexta fase da Operação Lesa-Pátria, a Polícia Federal prendeu, ontem, seis bolsonaristas envolvidos nos atos terroristas de 8 de janeiro, que resultaram na depreciação dos prédios dos Três Poderes. Ao todo, foram expedidos oito mandados de prisão preventiva e 13 de busca e apreensão, em Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo. A força-tarefa foi autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Até a última atualização de ontem, seis dos oito mandados de prisão já tinham sido cumpridos. Outros dois dos alvos, ambos de Minas Gerais, não foram encontrados pela polícia. A operação mirou nos vândalos que invadiram e quebraram os prédios do Congresso, do Palácio do Planalto e da Suprema Corte. Nas etapas anteriores, os agentes focaram na busca pelos supostos financiadores e policiais militares suspeitos de colaborar com os ataques.

Os envolvidos na participação e financiamento são investigados pelos crimes de abolição violenta do Estado

Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

A PF informou que, até a semana passada, quando foi realizada a quinta fase da operação, foram cumpridos 17 mandados de prisão preventiva, três de prisão temporária e 37 de busca e apreensão. A União calcula, até o momento, um prejuízo de R\$ 20,7 milhões nos edifícios. No dia do vandalismo, os extremistas quebraram vidros, portas, janelas, computadores, impressoras, arrancaram cadeiras, destruíram obras de arte, molharam carpetes e até mesmo roubaram togas dos ministros do Supremo, além de objetos do Estado.

Novas denúncias

O Ministério Público Federal (MPF) levou, ontem, ao STF, denúncias contra mais 139 pessoas por participação nos atos terroristas. Desse total, 137 foram presos em flagrante dentro do Palácio do Planalto, além de outras duas pessoas detidas na Praça dos Três Poderes portando facas e artefatos explosivos.

Na manifestação assinada pelo subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, do MPF, ele cita os crimes de: associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Segundo o MPF, até agora, foram denunciadas 835 pessoas, sendo 645 incitadores, 189 executores (responsáveis pelos atos de invasão, vandalismo e depreciação) e um agente público por omissão.

Nas peças à Suprema Corte, o órgão diz que cada denunciado “participou ativamente e concorreu com os demais agentes para a destruição dos móveis que ali se encontravam”. “Todos gritavam palavras de ordem demonstrativas da intenção de deposição do governo legitimamente constituído”, acrescentou.

José Múcio

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou que estão em curso as apurações

Divulgação/PF



Sexta fase da Operação Lesa-Pátria, autorizada pelo STF, cumpriu mandados em cinco estados

internas sobre os atos terroristas. Segundo ele, há três processos que investigam integrantes das Forças Armadas por participação nos ataques terroristas. As declarações foram dadas, ontem, no Tribunal de Contas da União (TCU), onde ele recebeu o Grande Colar do Mérito, mais alta honraria da Corte.

“As investigações estão caminhando, as Forças Armadas têm

todo o interesse em resolver, total e absoluto. Seja civil, seja militar, quem for culpado vai ter que pagar”, enfatizou. “Existem três processos que estão no âmbito das Forças Armadas, que estão tendo segmento, e nós estamos aguardando outro, de alguns policiais que estivessem à paisana, ou que, por acaso, estivessem danificando o patrimônio público. Interessa às Forças

Armadas que tudo seja extremamente esclarecido.”

José Múcio afirmou que parlamentares da oposição o procuraram para tratar, principalmente, de pessoas presas na operação que puniu os responsáveis pelo vandalismo. “Fora o prazer de recebê-los, não tem absolutamente nada com a Defesa. Isso é no Ministério da Justiça, na Polícia Federal, foi o que eu falei para eles”, destacou.